

Tema
INCLUSÃO

A Negação da Diferença: um Estudo sobre as Interações de Alunos com Deficiência Visual na Escola Pública¹

The denying of difference: a study about interactions of students with visually impairment in public school

Luciene Maria da Silva

RESUMO

Este estudo, resultado de pesquisa de doutorado, buscou compreender como se estabelecem as interações dos alunos com deficiência visual na escola. Trata-se de uma investigação empírica que descreve e analisa a experiência de escolarização desses alunos numa escola pública da rede estadual de ensino em Salvador (BA). Pretende-se entender como se manifesta o estranhamento que causa uma diferença, no caso a deficiência visual, buscando esclarecer sobre seu reforço pela educação escolar. Para isso, discute-se acerca do debate sobre as diferenças na sociedade contemporânea, que dá fundamento à proposta inclusivista e ao significado da deficiência como um atributo individual, que se torna uma diferença não aceitável no âmbito das relações sociais.

ABSTRACT

This study, resulting from a doctorate's research, has searched to understand how the interactions of students with visual handicaps take place at school. It is an empiricist inquiry which describes and analyses these students' schooling experience in a public school in Salvador, Bahia. The study aims to understand how the strangeness caused by a difference is manifested, in this case the visual handicap, seeking to account for its reinforcement by school education. Thus, we discuss about the debate regarding the differences in the present-day society, which gives support both to the inclusivistic proposition and to the meaning of impairment as an individual attribute that becomes an unacceptable difference in the field of social relations.

Este estudo buscou compreender como se estabelecem as interações dos alunos com deficiência visual na escola. Trata-se de uma investigação empírica que descreve e analisa a experiência de escolarização desses alunos numa escola pública da rede estadual de ensino em Salvador na Bahia. Tem como fonte teórica principal a Teoria Crítica da Sociedade, privilegiando os estudos de Adorno sobre a formação e a análise do preconceito como um dos elementos que sustentam a negação social da deficiência. Discute-se acerca do debate sobre as diferenças na sociedade contemporânea, que dá fundamento à proposta inclusivista e o significado da deficiência como um atributo individual que se torna uma diferença não aceitável no âmbito das relações sociais.

O preconceito, para esses autores, incorpora fenômenos contemporâneos, fruto das relações sociais cada vez mais impeditivas para a reflexão sobre a própria impotência frente a uma ordem social que diferencia pela estigmatização. Numa sociedade que impõe renúncias e sacrifícios, que enrijece o pensamento, dadas as condições de sobrevivência num contexto de privações determinadas por relações desiguais, de apropriação concentrada dos bens materiais e simbólicos, o preconceito torna-se um elemento presente e freqüente no processo de conhecer, restringindo-se, por conseguinte, à mera apreensão do imediato. As atitudes de preconceito se desenvolvem, portanto, no processo de socialização que é fruto da cultura e da sua história. O preconceito

materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido por constituir-se numa ameaça. Nesse sentido, a diferença provoca o medo do estranho, do novo, do não-igual. Num mundo em que o medo prevalece indicando um perigo objetivo e, ao mesmo tempo, não possibilita sua elaboração é porque as relações sociais seguem negando, de forma renovada, a diferença. A cultura, que se converteu em mercadoria, renuncia a ser liberdade do espírito para ser um veículo da alienação e domesticação, bloqueando gradativamente o pensamento crítico que tornaria viável desvelar os sentidos da sobrevivência, constantemente ameaçada, e que determinam os comportamentos hostis.

Diante do novo, do irreconhecido, temos a propensão a generalizar, utilizando estereótipos e analogias substitutivas das possíveis problematizações: são simplificações que respondem à demanda imediata do pensamento, utilizando-se de conteúdos e juízos de valor incorporados, conforme a condição e posição na hierarquia social. A ação irrefletida, a "economia do esforço intelectual" são as características do preconceito enquanto predisposição para a ação de discriminação.

Com essas referências, pretendeu-se, neste estudo, entender, no âmbito das interações dos alunos com deficiência visual na escola, como se manifesta o estranhamento que causa uma diferença na busca por elucidar sobre seu reforço e produção pela educação escolar a partir das interações nela processadas.

Partimos do pressuposto de que o respeito às diferenças não se reduz ao seu mero reconhecimento como um dado ou mecanismo dos procedimentos de tolerância. Buscamos identificar as perspectivas de alunos com deficiência visual, seus professores e colegas, em relação à compreensão sobre as interações na escola, a partir das seguintes categorias: orientação da escola para a inclusão de alunos com deficiência visual; trabalho do professor especialista; entendimento dos professores sobre inclusão; percepção dos alunos com deficiência visual sobre a sua escolarização e sobre as atitudes dos professores em relação a eles na sala de aula; percepção dos professores sobre os alunos com deficiência visual em relação à aprendizagem, suas expectativas, método, avaliação e recursos; e a percepção desse conjunto de sujeitos sobre as interações dos alunos com deficiência visual no colégio.

Ter o preconceito como foco de estudo sobre as interações desses alunos na escola é transitar pelo dito e pelo silêncio. Pela impossibilidade de diferenciação nessa sociedade e pela sua reivindicação como pauta dos discursos de intenções e de variados matizes. É uma análise com base em afirmações ambíguas, escapatórias e fugas, principalmente pelo tipo de preconceito objeto dessa pesquisa, espécie de tabu ou algo não-abordável devido ao atributo a que se refere. Na escola regular, isso é potencializado devido ao número inexpressivo de alunos com deficiência e pela postura dos professores, pois, ao mesmo tempo em que recomendam tolerância, sentem-se responsabilizados pelo desafio de viabilizar as orientações da política educacional sem as condições apropriadas, e, assim, paralisados, vêem o aluno com deficiência visual como igual aos outros, exercendo a indiferença, ou, como completamente diferente, distanciando-se por não saberem como se relacionar com ele.

Definimos 17 sujeitos para essa pesquisa: 03 alunos com deficiência visual; 01 professora especialista; 07 professores das disciplinas de Física, Matemática, Biologia, Língua Portuguesa e Geografia; 01 Diretor do Colégio e 05 colegas dos alunos com deficiência visual.

O colégio localiza-se num bairro pobre da zona norte de Salvador, de difícil precisão quanto aos seus limites, com uma população aproximada de 400 mil habitantes, de maioria negra, com problemas efetivos de saúde, educação e habitação, suportando seriamente o peso do preconceito social e racial. Atualmente oferece apenas o ensino médio, no qual trabalham 128 professores, e estão matriculados 4.416 alunos. Jonas, Aline e Jaciara, os estudantes com deficiência visual do segundo e terceiro ano do ensino médio, têm histórias de vida diferentes, porém com algumas semelhanças que foram identificadas nos contatos e também nos seus relatos: fazem parte da grande população de baixa renda de Salvador, residem em bairros da periferia, recebem o benefício concedido pelo governo, são negros, passaram pelo Instituto de Cegos da Bahia e freqüentam o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP).

Este estudo confirmou que as interações dos alunos com deficiência visual em ambiente escolar condicionam-se a fatores que materializam essas relações e dizem respeito a um projeto pedagógico que atenda às suas necessidades de aprendizagem e convivência. O encaminhamento pedagógico feito pelo colégio é direcionado apenas para a relação professor/aluno, apesar da orientação inclusivista que marca a política educacional da Secretaria de Educação. Fora dessa relação, apenas o apoio do especialista, porém, na sua função instrumental de transcrever textos. O empenho para dispor das condições propícias, que é função do colégio e do sistema de ensino viabilizar, é transferido para os alunos, atribuindo-lhes responsabilidades indevidas que funcionam como mensagem de que devem providenciar os recursos para que assim igualem-se ao coletivo. O discurso liberal do esforço individual como meio de sucesso para a grande população marginalizada, aí incluindo as pessoas com deficiência, faz-se presente nas falas dos professores, tornando a deficiência um problema individual e/ou familiar. É a crença num movimento "natural" da organização humana, em que triunfam os mais capazes que conseguem desenvolver suas capacidades "naturais".

Contrariando suas expectativas iniciais, os alunos com deficiência visual sentiram o impacto negativo quando da inserção no colégio. O sentimento de desamparo ou de hostilidade frustrou as esperanças de mudanças e de novos relacionamentos que haviam expressado. Identificaram o tratamento desigual que se expressou nas atitudes dos professores, na forma de aparente silêncio, nos "esquecimentos" e na ausência de qualquer expressão de reconhecimento. Direcionaram todas as críticas e considerações sobre suas interações e experiências no colégio para os professores e suas práticas em sala de aula. Podemos deduzir disso a importância concedida por esses alunos à aula, dando-lhe centralidade no cotidiano da escola, uma vez ser esse o espaço, por excelência, da possibilidade de estar junto, de fazer parte, motivo pelo qual tanto enfatizaram os episódios que aconteceram durante as aulas. A indignação desses alunos pode ser explicada também pelas representações elaboradas sobre os professores. Uma delas os coloca como referência ou ideal de ego dos alunos, transformando-os em modelos para os seus comportamentos e estilo de vida.

A condição social dos alunos considerados nessa pesquisa e o histórico de escolarização que os acompanha podem ser fatores que ainda mais reforçam a imagem do professor como um modelo, pois representa aquele que lhes transmite o conhecimento e informa sobre algo desconhecido, inclusive visualmente. Por outro lado, pode ser um sentimento ambíguo, posto que diante da não-consideração pela escola das suas necessidades de recursos mais específicos para a aprendizagem – e não os entendemos como exigência inacessível na escola pública – tornam-se reféns dos professores, sobretudo da sua atenção e compromisso que é de ordem ética e política e diz respeito ao direito de todos à educação escolar. Sabemos que a presença da deficiência induz uma reestruturação orgânica que singulariza seus processos de apreensão, consideração importante para não atribuímos uma caracterização do aluno com deficiência visual com potenciais idênticos ao de

um aluno que enxerga. Entretanto, é pertinente considerar a trajetória escolar desses alunos, com passagem pela escola regular simultaneamente à instituição especializada, para concluir sobre o processo de interiorização de comportamentos e atitudes preconceituosas a que se submetem.

Considerando que o sentido da deficiência é resultado da combinação da história do indivíduo com o meio social, essas expressões significam mensagens de incapacidade e inferioridade que definem suas experiências e as formas de atuação na sociedade. Como a escola não tem conseguido resistir à barbárie gerada na sociedade nem tampouco promover a autonomia dos indivíduos, responsabiliza-se, quando muito, pela promoção de conhecimentos considerados socialmente relevantes, intensificando a sua função adaptativa e instrumental. Mediante a formação precária de professores e alunos, o que dentro da escola acontece aproxima-se cada vez mais de um palco de ressentimentos reprimidos, hostil para relações com pessoas que tenham alguma diferença considerada como desvantagem. Esse quadro contribui também para tornar cada vez mais sem efeito o modelo do professor como o ideal, uma vez que estes não mais conseguem representar esse papel, de tal forma está a sua existência danificada, marcada sobretudo pela impossibilidade de refletir sobre a própria condição.

Por outro lado, essa conformação à vida tal como ela se impõe tem vitimado a todos. Professores e alunos mantêm-se frios e indiferentes em relação às imposições para esse estado geral e gastam energia excessiva para não ver o que objetivamente já está desvelado, porque estão no mesmo espaço gerador que prognostica a discriminação.

Para os alunos com deficiência visual, o cotidiano da escola impõe-se como um processo seletivo. Não se sentem contemplados na escola, pois percebem que neles é colocada toda a responsabilidade pela aprendizagem. Solicitam um relacionamento mais próximo para que possam contribuir no encaminhamento das formas mais procedentes que atendam as suas necessidades. Indicam nas suas falas que está ausente do campo de desejo dos professores a necessidade de aproximação, de consideração sobre o que há de específico nas situações de aprendizagem, de disponibilidade para ver o outro e pensar sobre o que acontece nas aulas para buscar soluções.

As falas da maioria dos professores demonstram uma rigidez na compreensão da deficiência como anormalidade ou limitação impeditiva para os processos de conhecimento. Os professores resistem à proposta de inclusão dos alunos na escola regular, assumindo posicionamentos propícios à escola segregada. Alegam, principalmente, o despreparo para lidar com alunos que têm deficiência, pois vinculam o sucesso para a sua aprendizagem a serviços de apoio, métodos especiais e novas tecnologias. Dos nove professores entrevistados, apenas três concordaram incondicionalmente com a proposta inclusivista a partir de seu princípio de igualdade e de respeito às diferenças, demonstrando acreditar na sua viabilidade, e não vinculando nenhum fator para sua realização. Ainda que concordemos que existam encaminhamentos apropriados para o trabalho com turmas que têm alunos com deficiência, como os citados pelos professores, não nos parece serem eles o que efetivamente os incomoda. O que, de fato, parece perturbar os professores é a necessidade de aproximar-se dos alunos, solicitar-lhes e atender solicitações, posto que neles existe uma peculiaridade que exige esse encaminhamento, ou seja, a relação professor/aluno impõe diferenciar-se da forma como vem sendo estabelecida. Como, atualmente, essa relação prescinde dessa aproximação, ter de manter vínculos que se assemelhem à afetividade incomoda os primeiros.

Os professores parecem desconhecer a existência de condições mínimas, como meios e instrumentos facilitadores da vida dos cegos. Atribui-se ao aluno com deficiência uma vida sem sentido, uma inferioridade incompatível com qualquer atividade intelectual ou produtiva. Eles são

vistos como impossibilitados de noções quaisquer sobre os objetos, incapazes de fazer distinções, mesmo tendo chegado à idade adulta. Os professores têm muitas dúvidas sobre como expor a matéria para que os alunos com deficiência visual aprendam. Muitos deles explicitam a dificuldade, mas demonstram relutância para refletir sobre as formas possíveis, como também para buscar orientação, discutir com os outros professores ou ainda dialogar com os alunos. Ao falarem sobre suas dificuldades e quase impossibilidades para ensinar a esses alunos, não consideram a presença da professora especialista no Colégio, a quem poderiam recorrer para dirimir dúvidas sobre questões mais específicas. Como no Colégio não existe uma atividade de planejamento geral que agregue as orientações e acompanhamento aos alunos com deficiência, os professores alegam não ter tempo para solicitar a professora especialista, mesmo quando precisam. A atuação desta acaba sendo uma atividade isolada que ocorre entre ela e o professor individualmente, ou entre ela e o aluno, também individualmente. Ficou evidenciada também a desvalorização desses profissionais, mesmo tendo se apropriado do princípio inclusivista, pois são vistos pelos outros professores como especiais e com um saber inferior.

Apesar do preconceito de alguns professores em relação ao aprendizado desses alunos, e dos métodos de "mensuração" da aprendizagem utilizados na rede de ensino, constatamos pela análise das avaliações das disciplinas que suas notas não são tão diferenciadas em relação aos outros alunos, posto que, no conjunto das avaliações, eles tiveram notas muito próximas às dos seus colegas sem deficiência, mesmo nas precárias condições das aulas. De fato, todos os alunos, com ou sem deficiências, demonstraram pouca apropriação das matérias ministradas, considerando suas notas, evidenciando-se que esse é um problema da escola, não se restringindo apenas aos que têm deficiência.

Não intentamos, porém, caracterizar o professor como o algoz ou o agente preconceituoso por excelência, uma vez que ele é sujeito de um fazer pedagógico que interage com processos que extrapolam a sala de aula. Esse conjunto de repertórios, constituídos por elementos de formação e valores, é movido por condicionamentos sociais e circunstâncias históricas que atuam sobremaneira na prática pedagógica dos professores. Muitos deles desejam mudanças e angustiam-se com o fracasso escolar, ainda que a maioria não consiga interpretar os dados que são postos pelo próprio trabalho docente, considerando a impossibilidade de distanciamento necessário a qualquer reflexão. Os professores continuam utilizando procedimentos autoritários, muito pela formação que tiveram, muito pela falta de conhecimentos sobre propostas alternativas à racionalidade técnica que lhes tem sido imposta. É possível afirmar que a condição do professor da escola pública atualmente o impede de olhar seus alunos.

Os alunos com deficiência visual, no cotidiano da escola, mostraram-se disponíveis para os relacionamentos e ciosos por corresponder às solicitações dos colegas. As dificuldades são marcadas, principalmente, pela falta de condições propícias para a participação mais ativa no colégio e, dessa forma, precisam sempre provar que são capazes. Embora saibamos que nos depoimentos dos colegas de Jonas, Aline e Jaciara possa haver omissões sobre atitudes de discriminação não reveladas, para evitar a exposição que os caracterizaria como preconceituosos, suas falas deixam claro que a perplexidade inicial, motivada por pena ou curiosidade, segue-se de um interesse e um aprendizado. Expressam a carência de experiências, de contato com pessoas que têm deficiências. A reação diante do diferente estigmatizado pode ser de "complacência benevolente" ou imediata rejeição do outro, porém, a superação dessas atitudes só será possível com a reflexão dos próprios valores que se formam pela experiência. Diversamente das relações entre alunos e professores, as interações entre colegas fazem-se a partir de identificações subjetivas sem o componente obrigatório de mediação para aprendizagem e avaliação. A convivência entre eles

admite tensões, contradições e rompimentos que definem os agrupamentos, seja para intensificar amizades ou para compor grupos de trabalho da disciplina.

A formação dos professores deveria considerar os elementos que propiciam o cuidado com o outro, a percepção do sofrimento. Embora saibamos quão difícil é essa tarefa, dada a nossa condição que quase não mais possibilita ter experiências que incorporem um olhar contemplativo e que permitam ter contatos sem manipulações, cabe insistir para a sua amplitude no sentido de evitar a adesão às formas canônicas de ser e às estruturas de deformação que desumanizam. Vivemos aquém do que potencialmente podemos ser e, como afirma Adorno num dos seus aforismos, enrijecidos como o caracol que recolhe suas antenas num movimento de bloqueio ante o perigo premeditado. Se o perigo é real, mediante os condicionamentos e as relações sociais coisificadas, cabe forjar alternativas de liberdade e felicidade. A impotência gerada pelo aprisionamento das circunstâncias da vida social pode tornar-se impulsionadora para uma reflexão sobre a própria condição de impotência, que se constitui na auto-reflexão, condição para uma possível superação da pseudoformação. O distanciamento que impomos aos que são considerados frágeis é devido ao medo de assim também sermos considerados. Tê-los em nosso convívio funcionaria como um espelho que nos lembra que também poderíamos ser como eles. Esse potencial que é real, dadas as trágicas mudanças que nos podem ocorrer, é que nos faz frágeis, uma vez que queremos ser sempre completos e constantes. O que também parece perturbar nos contatos com pessoas com deficiência é o fato de não sabermos como lidar com elas, posto que a previsibilidade é uma forte característica das relações sociais da contemporaneidade.

Algumas formas racionais de combate ao preconceito já foram muito discutidas, a exemplo dos mecanismos jurídicos, reformas políticas e educacionais. A escola inclusiva, que é uma proposta liberal e nada tem de revolucionária, pode ser considerada um instrumento de atuação contra a discriminação de variados matizes, desde que viabilize condições necessárias que levem não apenas a proporcionar contatos entre alunos diferentes, como também à reflexão sobre o que a condiciona. Cabe reiterar sua dimensão cognitiva, abordando a cientificidade e a descoberta de novos conceitos, e sua dimensão socializadora, e nesta, valorizar a afetividade e o encontro com espontaneidade, aspecto suspeito na sociedade moderna.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Esse artigo baseia-se na pesquisa de tese do Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade na PUC/SP, defendida em 2004 sob a orientação do professor doutor José Leon Crochik.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, Gabriel (org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.

AMARAL, Lígia Assunção. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: CORDE, 1994.

_____. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. *Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos – estórias*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BUENO, José G. Silveira. *Educação especial: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1993.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Tolerância: um valor ético para o século XXI. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_tolerancia_cardoso>. Acesso em: 30 ago. 2003.

CROCHIK, J. Leon. Aspectos que permitem a segregação na escola pública. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. *Educação especial em debate*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. *Preconceito*. Indivíduo e cultura. São Paulo: Robe, 1997.

_____. *O computador no ensino e a limitação da consciência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973, cap. II, III, V e VII.

FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a criança: interações e experiências dos adultos com a criança não visual. In: *Um olhar sobre a diferença*. São Paulo: Papirus, 1998.

PIERRUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença*. USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SAWAIA, Bader. Identidade – uma ideologia separatista?. In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ZUIN, Antonio A. Sobre a atualidade dos tabus com relação aos professores. In: *Educação e sociedade*, v. 24, n. 83, p. 417-427, 2003.

Luciene Maria da Silva é professora da Universidade da Bahia (UNEB) e doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade da PUC/SP.